

# INFLUÊNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS CONTADORES NA CLASSIFICAÇÃO DE PROVISÃO E PASSIVO CONTINGENTE

REVISTA DE  
**CONTABILIDADE**  
DOM ALBERTO

09 anos

Coordenações de Pós-Graduação e Curso  
de Ciências Contábeis da Faculdade Dom  
Alberto, de Santa Cruz do Sul/RS.

## Ulisses de Souza

Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça (FATENP). E-mail: ullisses\_souza@hotmail.com

## Ernando Fagundes

Doutorando em Contabilidade - PPGC/UFSC. E-mail: fagundes.ernando@gmail.com

## Rodrigo Rengel

Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo bolsista da CAPES. Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do grupo de pesquisa em controladoria - NUPECON. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisador externo no projeto de pesquisa de modelos estratégicos de gestão interorganizacional - UDESC/CEAVI.

## RESUMO

Embora haja definição dos critérios para classificação de provisões, a norma contábil vigente abre espaço para questionamentos, visto que não especifica o que deve ser suficiente para provar uma saída do recurso e nem o que é suficiente para saber se o valor estimado é confiável ou não. O objetivo deste artigo foi verificar características demográficas dos contadores que influenciam na tomada de decisão referente situações que envolvam classificação de passivos contingentes e provisões. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, aplicada, descritiva. Para realização deste trabalho aplicou-se um questionário com contadores catarinenses. A amostra de pesquisa totalizou 47 participantes vinculados à FENACON. Foram coletados dados das características demográficas dos respondentes, que foram submetidos situações em que deveriam classificar cenários apresentados de ações trabalhistas contra as empresas em que atuam em passivos contingentes ou provisões. Os resultados indicam que os contadores respondentes desta pesquisa apresentaram entendimento sobre passivos contingentes e provisões divergentes das normas contábeis, mais especificamente o Pronunciamento Técnico (CPC) 25. A partir da análise dos dados obtidos, foi possível também verificar que algumas características demográficas têm forte influência nas escolhas de classificação sobre provisão e passivo contingente, e

outras não afetam essa decisão. Espera-se que esta pesquisa contribua ao apresentar dissonâncias entre o entendimento dos contadores e às normas contábeis vigentes, e possivelmente indicar a necessidade de maior discussão sobre a referida norma.

**Palavras-chave:** Subjetividade; Passivo Contingente; Provisões.

## ABSTRACT

Although there is a definition of the criteria for classification of provisions, the current accounting standard opens space for questioning, since it does not specify what should be sufficient to prove an outflow of the resource or what is sufficient to know whether the estimated value is reliable or not. . The purpose of this article was to verify the demographic characteristics of accountants that influence decision making regarding situations involving the classification of contingent liabilities and provisions. This is a quantitative, applied, descriptive survey. To carry out this work we applied a questionnaire with accountants from Santa Catarina. The research sample totaled 47 participants linked to FENACON. Data were collected on the respondents' demographic characteristics, which were submitted to situations in which they should classify scenarios presented for labor claims against companies in which they operate in contingent liabilities or provisions. The results indicate that the accountants who responded to this research presented an understanding of contingent liabilities and provisions that differ from accounting standards, more specifically the Technical Pronouncement (CPC) 25. From the analysis of the data obtained, it was also possible to verify that some demographic characteristics have a strong influence in the classification choices on provision and contingent liabilities, and others do not affect this decision. We hope that this research will contribute by presenting dissonances between the accountants' understanding and the current accounting standards, and possibly indicating the need for further discussion on the said standard.

**Keywords:** Subjectivity; Contingent Liabilities; Provisions.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2005, buscou-se uma harmonização das demonstrações contábeis no Brasil aos padrões internacionais de contabilidade. Com isto, Pronunciamentos Técnicos foram emitidos para normatizar as práticas contábeis. Dentre estes, o Pronunciamento CPC 25 que trata a respeito de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes correlaciona-se com o *International Accounting Standard 37*. Disponibiliza-se padrões e critérios mais rigorosos perante o reconhecimento, mensuração e divulgação destas operações envolvendo provisões e contingentes (JESUS; SOUZA, 2016).

O *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão responsável por emitir as normas internacionais, baseia-se em princípios contábeis ao invés de regras, fato que gera flexibilidade para escolhas. Portanto, abre-se espaço para interpretação, principalmente no momento da harmonização para cada país com culturas diferentes. Consequentemente, a subjetividade está inerente na atividade do profissional contábil. Dentre estes pontos, esta pesquisa busca investigar dois termos que remetem a clareza e subjetividade da contabilidade atualmente, que são as provisões e passivos contingentes (BALDOINO; BORBA, 2015).

Pesquisas anteriores relatam que não há conformidade plena das organizações com o Pronunciamento CPC 25. Estas identificaram ausência de mensurações, falta de avaliação e evidenciação de informações de ativos e/ou passivos contingentes. Apresentaram ainda fatores que estão relacionados com o nível de aderência à norma: setor de atividade, tamanho, rentabilidade, liquidez e mercados de atuação (FONTELES *et al.*, 2012; SUAVE *et al.*, 2013; BALDOINO; BORBA, 2015; ECKERT *et al.*, 2015; PORTELLA *et al.*, 2015; CUNHA; RIBEIRO, 2016; COSTA *et al.*, 2016; JESUS & SOUZA, 2016; LEAL *et al.*, 2018).

Outras características que se destacam e se relacionam à divulgação dos passivos contingentes foram constatadas por Jesus e Souza (2016). A pesquisa identificou que organizações que apresentam mais obrigações com terceiros, as que negociam ações na NYSE e as que possuem uma das *Big Four* como firma de auditoria, têm, em média, um *disclosure* superior dos passivos contingentes.

Complementarmente, decisões são influenciadas diretamente por características particulares dos indivíduos que as tomam (HALLAHAN; FAFF; MCKENZIE, 2004; CAMERER, 2005; MAXFIELD *et al.*, 2010; YAO; SHARPE; WANG, 2011; DOHMEN *et al.*, 2011; ROSS; NORA; MILANI, 2015; GEETHA; SELVAKUMAR, 2016; RAMIAH *et al.*, 2015; BROOKS *et al.*, 2018). Estudos anteriores investigaram a relação das características demográficas com demonstrativos e informações contábeis (MENEGAZZO *et al.*, 2017; MENDES *et al.*, 2019).

Há evidências de poucos estudos envolvendo de conformidade com o CPC 25, assim como das influências das características demográficas sobre a tomada de decisões em geral (ROSS; NORA; MILANI, 2015; GEETHA; SELVAKUMAR, 2016) e em cenários contábeis (MENEGAZZO *et al.*, 2017; MENDES *et al.* 2019). Observa-se

ainda que mesmo com critérios para classificar a provisão definidos, o pronunciamento abre espaço para questionamentos já que não especifica o que deve ser suficiente para provar uma saída do recurso e nem o que é suficiente para saber se o valor estimado é confiável ou não. O pronunciamento remete a subjetividade e cada indivíduo pode interpretá-lo de uma forma, diante dessa situação, têm-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais características dos contadores influenciam na classificação de passivos contingentes ou provisões?**

Desse modo, esta pesquisa tem o objetivo de verificar características demográficas dos contadores que influenciam na tomada de decisão de classificação de valores como passivos contingentes ou provisões. Para alcançar esse objetivo foi elaborado um questionário, no qual foram apresentadas situações que envolvem decisões de classificar um lançamento contábil como provisão ou passivo contingente. Delimita-se a análise desta pesquisa somente às características demográficas dos contadores como variáveis independentes para a classificação contábil, de maneira a não contemplar demais influências como gerenciamento de resultados e pressões para a contabilização.

Este estudo justifica-se quanto à literatura ao ampliar os conhecimentos a respeito da influência das características demográficas quanto à tomada de decisões (RAMIAH *et al.*, 2016; BROOKS *et al.*, 2018), mais precisamente ao abordar decisões de contadores quanto à apresentação de informações contábeis. Adicionalmente, contribui-se com a prática ao alertar estes profissionais sobre possíveis vieses particulares quanto a subjetividade na contabilidade. No âmbito social a pesquisa pode ser importante no sentido de mostrar como é o conhecimento dos profissionais da área quanto às normas de provisionamento e apresentação de passivos contingentes.

## 2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

### 2.1 Subjetividade na contabilidade

A subjetividade na contabilidade ganhou ênfase por conta dos avanços de vários fatores ligados a profissão como tecnologia, novas leis, capacitação dos usuários.

Com o avanço da tecnologia e a informatização na sociedade e nas empresas, a forma do profissional contábil trabalhar mudou (DINIZ; LOPES, 2003).

A contabilidade, que tem o foco voltado à objetividade de seus números, abre espaço a um conceito que pode ser muito benéfico aos usuários, à flexibilidade das leis e todas as normas permite que diferentes usuários interpretem a mesma lei de maneira diferente, fato que faz com que as informações contábeis ganhem um caráter subjetivo e dá origem a ideia da contabilidade criativa (DINIZ; LOPES, 2003). O fato de mudar a tradição da contabilidade em relação a sua objetividade não interfere no crescimento do profissional na área, agora a contabilidade passa a ser mais analítica e precisa ainda mais de transparência nas informações (SANTOS; SILVA, 2016).

O crescimento do conceito de contabilidade criativa que remete a subjetividade e flexibilidade nas normas da contabilidade é inevitável pelo fato de que tudo no âmbito empresarial está em crescimento também (OLIVEIRA; SOUZA, 2013). Competitividade nos diversos ramos de negócios, órgãos fiscalizadores que criam leis para regulamentação das operações e cobrança de impostos, estrutura financeira das empresas e a própria legislação que diz como o contador deve exercer sua função são fatores que ajudam no crescimento da contabilidade criativa, fatos que fazem as informações contábeis fornecidas pelo contador possuir cada vez mais características subjetivas (OLIVEIRA; SOUZA, 2013).

Existem normas para a elaboração de uma informação contábil que sempre deverão ser seguidas e que remetem a objetividade do trabalho em si. Com os avanços da profissão além de todas as leis que são criadas diariamente, é inevitável deixar de incluir elementos da subjetividade em uma informação contábil, principalmente ao tratar de estimativas, com isso os contadores ganham aberturas para interpretar de formas diferentes uma mesma realidade (OLIVEIRA; SOUZA, 2013).

A contabilidade é regida por normas internacionais que buscam padronizar a forma do profissional executar a profissão de maneira padrão no mundo todo, essas normas internacionais devem ser convertidas de acordo com a cultura de cada país com o objetivo de que no momento de fornecer todos os relatórios necessários eles sejam vistos de maneira parecida. A informação contábil é um dos principais combustíveis para o andamento dos negócios, por meio de uma informação contábil

é possível tomar diversos tipos de decisões e por esse motivo uma informação não pode ser apenas um número (CONSONI; COLAUTO, 2016).

A contabilidade criativa se refere ao uso da subjetividade nas leis com objetivo de induzir decisões que trazem benefícios aos usuários da informação contábil. Na prática os profissionais usam a ideia da contabilidade criativa para manipular situações favoráveis à entidade a qual presta serviço sem que isso pareça uma fraude (NIYAMA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

A contabilidade criativa pode ajudar em diferentes tipos de tomadas de decisões como a de investimento, financiamento e captação de recursos. Na prática para manter toda a operação contábil de uma empresa em dia são necessários diversos setores que realizam diferentes exigências pelos órgãos reguladores e todas as obrigações que eles cobram. Existem leis para executar o trabalho no setor fiscal, em recursos humanos, no contábil e a contabilidade criativa é ligada a isso devido à grande quantidade de processos envolvido para elaborar as informações contábeis necessárias, e devido a essa quantidade de processos as leis que são criadas para padronizar o trabalho não conseguem suprir toda necessidade sem deixar aberturas para questionamentos sobre elas, fato que faz algumas situações serem interpretadas de maneiras benéficas a necessidade do contador ou da empresa para qual ele trabalha (NIYAMA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

O estudo da contabilidade criativa é importante por ser um assunto presente na prática contábil. Usar a subjetividade na profissão contábil pode trazer muitos benefícios aos diversos usuários que necessitam da informação e normalmente trabalhar em cima da flexibilidade que as normas contábeis permitem trazem benefícios já que o usuário pode manipular as demonstrações de acordo com as brechas que as leis permitem a seu favor. Esse tipo de contabilidade se tornou uma prática comum e muitas vezes diversos escândalos estão associados a essa contabilidade criativa. Está maneira de trabalhar a profissão contábil está ligada ao contabilista e ao seu perfil, que usa como uma estratégia contábil legal para manipulação de resultados (NIYAMA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2015; LINHARES; PEGO, 2017).

A contabilidade subjetiva pode ser muito benéfica ao contador e a entidade pelo qual ele é responsável. A contabilidade criativa é caracterizada como uma

“manipulação de forma legal dos resultados” e ainda existem contadores que não se aprofundam para o uso da mesma pelo fato de infringir o código de ética contábil que diz não ser uma atitude ética apresentar resultados da empresa que não condizem com a real situação econômica e financeira da mesma.

## 2.2 Provisões e Passivos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 (2009) trata de forma geral as definições e critérios de reconhecimento para provisões e passivos contingentes. Passivos são obrigações que a entidade possui no presente que se originaram de fatos ocorridos anteriormente, além disso, para se caracterizar como passivo a entidade espera que haja uma saída de recurso para liquidar essa obrigação.

Provisões e passivos contingentes estão muito próximos um ao outro quanto a sua classificação e existem alguns critérios para diferenciá-los que definem como classificar um ou outro em determinada situação. Uma provisão é reconhecida se for provável que para liquidar determinada obrigação presente, a entidade terá uma saída de recurso e ainda o valor dessa obrigação deve ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes são possíveis obrigações futuras da empresa, mas, que no momento atual ainda não é provável uma saída de recurso e nem é possível mensurar de forma confiável o valor dessa futura obrigação, nesse caso, é feita uma nota explicativa que explica esse passivo contingente ao invés de ser lançado no balanço patrimonial como um passivo de fato, conforme resumo no Quadro 1 (CPC 25, 2009).

**Quadro 1** - Classificação do grau de riscos do CPC 25

Probabilidade	Definição	Efeitos nas demonstrações financeiras
Provável	Grandes chances de perdas por parte da entidade envolvida sobre fatos ocorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.	Deverão ser estimadas os recursos e provisionados nas demonstrações contábeis, devendo, os fatos serem divulgados em notas explicativas.
Possível	Possibilidade de perdas ocorrerem.	A perda não é reconhecida, sendo apenas divulgada em notas explicativas.
Remota	Chances pequenas de perdas ocorrerem.	Não se faz o registro, nem a divulgação do fato em notas explicativas.

Fonte: Adaptado de CPC 25 (2009).

A harmonização das IRFS e sua adaptação para cada país somado ao fato que as leis existentes em cada um já são complexas principalmente na parte tributária permitem que os contadores usem a subjetividade existente nas leis para manipular o resultado. Ainda que a ideia do CPC seja definir como tratar provisões e passivos contingentes, as definições utilizadas para cada um dos casos abrem espaços para mais interpretações.

O gerenciamento de resultados normalmente pode ser bom para os responsáveis pela empresa por permitir produzir informações benéficas a eles e ruim para os investidores e outros usuários que querem injetar dinheiro na empresa pelo mesmo motivo (COELHO; LOPES, 2007). Apesar de permitir essa manipulação, o fato dos passivos contingentes serem demonstrados nas notas explicativas serve para dar uma ideia melhor da verdadeira realidade da empresa, e diminuir o erro no momento de analisar o conjunto de demonstrações existente na contabilidade (LEAL *et al.*, 2018).

### **2.3 Características demográficas e influência na tomada de decisões**

Diante as várias circunstâncias e cenários apresentados no decorrer do dia (seja no ambiente profissional, familiar ou de lazer), a todo momento pessoas são colocadas em situações de decisão, e na contabilidade não é diferente. Em cenários organizacionais, diante da competitividade de mercado e complexidade de negócios, não é diferente (BAYKASOĞLU; GÖLCÜK, 2015; CRISTOFARO, 2016).

Tais processos decisórios, são impactados diretamente pelos estilos cognitivos e preferências individuais dos decisores, de maneira a intervir nas suas escolhas e ações executadas (COOLS; VAN DEN BROECK, 2007). Complementarmente, as características demográficas (como gênero, idade, estado civil, renda e outras) podem influenciar em decisões (RAMIAH *et al.*, 2016).

Os fatores demográficos são importantes para as decisões referente a operações contábeis, pois fazem parte da vida do contador, a característica pessoal de cada um se relaciona as tomadas de decisões principalmente em situações que permitem escolhas contábeis. O gênero, por exemplo, pode influenciar em situações em que o profissional decide perante cenários que envolvam riscos. Isto porque homens tendem a ser mais propícios a riscos que mulheres (COET; MCDERMOTT;



1979; MEIER-PESTI; GOETZE, 2005; DOHMEN *et al.*, 2011; YAO, SHARPE; WANG, 2011; BLISS; POTTER; SCHWARZ, 2012; ANDERSSON *et al.*, 2016; FRANCIS *et al.*, 2015; RAMIAH *et al.*, 2016; GEETHA; SELVAKUMAR, 2016; BROOKS *et al.*, 2018).

Idade pode ter relação com a tranquilidade na hora de tomar decisões por conta da experiência (İBICIOĞLU; KOCABIYIK; DALĞAR, 2010) que normalmente os mais velhos possuem, o mesmo acontece com a qualificação profissional e conhecimento (YAO; SHARPE; WANG, 2011; DOHMEN *et al.*, 2011; BROOKS *et al.*, 2018). A renda também pode influenciar nas decisões, pelo fato de pessoas com menor condição e com maior nível de endividamento possuírem mais cautela em relação as situações que envolvem dinheiro (VISCUSI; MAGAT; HUBER, 1987; CAMERER, 2005).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação a abordagem essa pesquisa é definida como quantitativa, quanto a natureza, este estudo é considerado como uma pesquisa aplicada, pois tem o objetivo de gerar conhecimento em relação as características relevantes dos contadores na tomada de decisão sobre passivos contingentes e provisões (OTANI; FIALHO, 2011). Já em relação ao objetivo da pesquisa trata-se de um estudo descritivo.

A coleta de dados foi realizada a partir de um questionário desenvolvido pelos autores no *Google Forms*, composto por dois blocos. No primeiro bloco foram identificadas características dos respondentes e no segundo foram elencadas questões elaboradas com base no CPC 25, nas quais são apresentadas situações de ações trabalhistas em que o respondente deve classificar os valores como provisão ou passivo contingente, a partir de sua interpretação sobre a situação apresentada, considerando os diferentes valores e diferentes probabilidades de perda da ação.

Foi solicitado aos participantes que assumissem o papel do contador que deveria tomar as decisões de classificação dos valores como provisões ou passivos contingentes, em cada situação apresentada, conforme exemplo apresentado no Quadro 2. A situação descrita no Quadro 2 foi desmembrada em 20 situações em que os respondentes deveriam fazer a classificação. Os participantes foram também informados que não havia respostas certas ou erradas.

**Quadro 2** - Situações apresentadas aos respondentes para classificação

Situação	Definição
Situação	<p>Um funcionário é demitido e a princípio a situação da rescisão está encerrada com todas as verbas rescisórias pagas. Após certo tempo, esse ex-funcionário entra com uma ação judicial contra a empresa alegando que a mesma deve verbas referente a horas extras que nunca foram pagas, sendo que o valor total da ação é de R\$ X. Considerando-se que Y% desses casos de ações trabalhistas são decididos a favor do funcionário, como você classificaria essa situação?</p> <p>( ) Provisão</p> <p>( ) Passivo Contingente</p>

Nota: O valor de X possui cinco possibilidades: R\$ 10.000,00; R\$ 20.000,00; R\$ 30.000,00; R\$ 40.000,00; e R\$ 50.000,00. O valor de Y possui cinco possibilidades: 50%; 60%; 70%; 80%; e 90%. Foram realizadas vinte situações, para que todas as possibilidades de cruzamento de valores e percentuais fossem verificadas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os questionários foram enviados por e-mail para 212 escritórios de contabilidade vinculados à FENACON, solicitando que o questionário fosse enviado ao contador responsável pelo escritório. Responderam ao questionário 47 contadores, entre os meses de outubro de novembro de 2018.

Após a coleta dos dados, tabulou-se as respostas em planilhas do Microsoft Excel, analisados e interpretados para o alcance do objetivo de pesquisa. Para tanto, analisou-se quantitativamente as respostas obtidas por meio de estatísticas descritivas para organizar os dados referentes às características demográficas, tais como: idade, gênero, renda, perspectiva financeira, experiência, tempo de atuação no escritório e quantidade de funcionários no escritório em que trabalha. Utilizou-se ainda, do *software* RStudio que apresenta as respostas das variáveis dependentes para cada tipo de cenário apresentado que no caso foi ações trabalhistas com algumas probabilidades de perda delas. As variáveis dependentes se referem à probabilidade de perda da ação em cada cenário apresentado.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Caracterização da amostra

Esta seção apresenta as estatísticas descritivas a respeito das características dos participantes da pesquisa e das empresas que eles atuam profissionalmente (n=47). A Tabela 1 apresenta o gênero, a faixa etária e o grau de instrução de cada respondente.

**Tabela 1 - Características dos respondentes**

<b>Gênero</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Grau de instrução</b>	<b>Freq. (%)</b>
Masculino	22 46,8%	Até 25 anos	6 12,8%	Ensino Técnico	1 2,1%
Feminino	25 53,2%	De 26 a 30 anos	8 17%	Graduação	22 46,8%
		De 31 a 35 anos	11 23,4%	Especialização	18 38,3%
		De 36 a 40 anos	9 19,1%	Mestrado	6 12,8%
		Mais de 41 anos	13 27,7%	Doutorado	0 0%
<b>Total</b>	<b>47 100%</b>	<b>Total</b>	<b>47 100%</b>	<b>Total</b>	<b>47 100%</b>
<b>Faixa de renda</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Percepção da situação financeira própria</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Tempo de atuação na profissão contábil</b>	<b>Freq. (%)</b>
Até 2 SM	6 12,8%	ME	3 6,4%	Até 2 anos	5 17%
De 2 a 4 SM	16 34%	PE	4 8,5%	De 3 a 5 anos	7 14,9%
De 4 a 6 SM	11 23,4%	FE	33 70,2%	De 6 a 10 anos	17 36,2%
De 6 a 8 SM	7 14,9%	FBS	7 14,9%	Acima de 10 anos	15 31,9%
Mais de 8 SM	7 14,9%				
<b>Total</b>	<b>47 100</b>	<b>Total</b>	<b>47 100</b>	<b>Total</b>	<b>47 100</b>
<b>Proprietário</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Tempo de atuação na empresa</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Quantidade de colaboradores</b>	<b>Freq. (%)</b>
Sim	29,8%	Até 5 anos	22 46,8%	Até 10 funcionários	36 76,6%
Não	70,2%	De 6 a 10 anos	10 21,3%	De 11 a 15 funcionários	6 12,8%
		De 11 a 15 anos	8 17%	De 16 a 20 funcionários	0 0%
		De 16 a 20 anos	4 8,5%	De 21 a 25 funcionários	1 2,1%
		Mais de 20 anos	3 6,4%	Mais de 25 funcionários	4 8,5%
<b>Total</b>	<b>47 100</b>	<b>Total</b>	<b>47 100</b>	<b>Total</b>	<b>47 100</b>

**Nota:** As variáveis acima destacadas se referem: SM = Salário mínimo com base no valor de R\$ 954; ME = Muito endividado; PE = Pouco endividado; FE = Financeiramente equilibrado; FBS = Financeiramente bem sucedido com sobras e/ou aplicações/ investimentos

Em relação às informações de gênero dos respondentes, 53,19% são mulheres e 46,81% homens, percebe-se que existe pouca diferença na quantidade de homens e mulheres que atuam profissionalmente em escritórios de contabilidade. Ao analisar a faixa etária dos participantes, nota-se que 27,7% representam os respondentes com idade acima de 41 anos, em seguida apresenta-se a faixa etária de 31 a 35 anos

(23,4%). Em linhas gerais, observa-se que nenhuma das faixas etárias apresentou supremacia de participantes, o que demonstra a diversificação das gerações que atuam em empresas prestadoras de serviços contábeis.

Quanto o grau de instrução dos respondentes, percebe-se que a maioria possui um bom grau de instrução técnica já que 97,90% são graduados em contabilidade e apenas 2,10% não são formados, mas possuem curso técnico. Entre os formados, 38,30% possuem especialização e 12,80% mestrado. Em relação a faixa de renda, 57,40% ganham entre 2 e 6 salários mínimos, 29,80% ganham mais de 6 salários mínimos e apenas seis participantes (12,80%) recebem até dois salários mínimos, fato que mostra que a grande maioria possui uma boa condição financeira, sem pressão em relação a dinheiro, com tranquilidade nos momentos de decisões que envolvem aspectos financeiros, isto ao comparar com o salário mínimo estipulado pelo Governo Federal.

A percepção da condição financeira apresenta que 70,2% se consideram financeiramente equilibrado, o que demonstra que estes possuem organização com suas finanças e tranquilidade em relação a situações que envolvem dinheiro. Apenas 14,9% possuem dinheiro para aplicar em algum momento ou já tem dinheiro aplicado, de igual maneira, 14,9% possui algum tipo de dívida, de modo a serem 3 indivíduos muito endividados (6,4%) e 4 pouco endividados (8,5%).

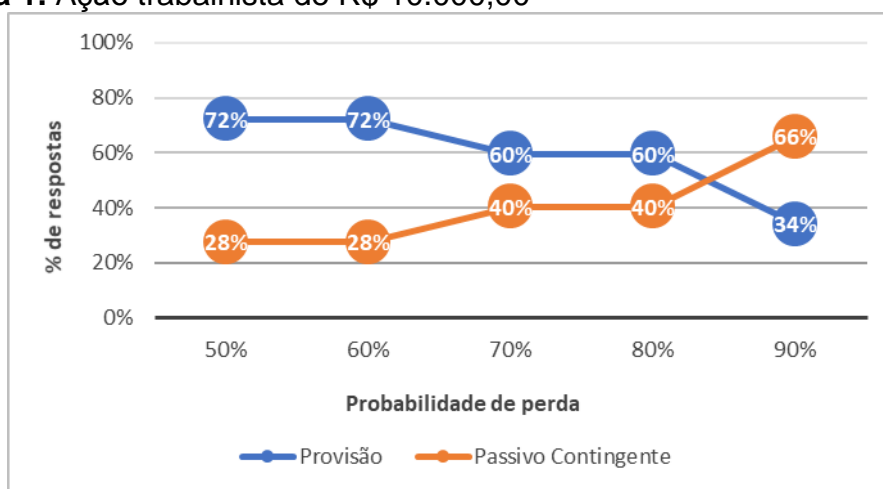
Em relação à experiência do contador na área contábil, apenas 10,6% dos participantes atuam a menos de 2 anos em empresas de serviços contábeis, outros 6,4% apesar de serem contadores, não atuam na área. Os demais 83% atuam mais de 3 anos no ramo, desta maneira, estes possuem conhecimentos técnicos e experiência de causa para tomada de decisões alinhadas com a área contábil.

Entre os respondentes, apenas 29,79% são proprietários do escritório em que atuam e 70,2% possuem outro tipo de vínculo. 23% dos respondentes estão entre 1 há 5 anos nos escritórios em que atuam, 21% de 6 a 10 anos, 17% de 11 a 15 anos, 6% de 16 a 20 anos, 2% de 21 a 25 anos, 4% de 26 a 30 anos, 2% de 36 a 40 anos, 2% de 46 a 50 anos e 21% não atuam. Destaca-se ainda que grande parte das organizações (76,6%) possuem até 10 funcionários, o que demonstra que estas são organizações de pequeno porte, quanto ao número de colaboradores.

## 4.2 Estruturação e análise dos dados

Nesta seção apresenta-se o comportamento dos participantes frente os cenários apresentados. Demonstra-se ainda as características que influenciam na tomada de decisões em relação a provisão e passivos contingentes e quais mais têm relevância e influência na escolha entre um e outro. Utilizou-se o *software* RStudio para análise da regressão logística.

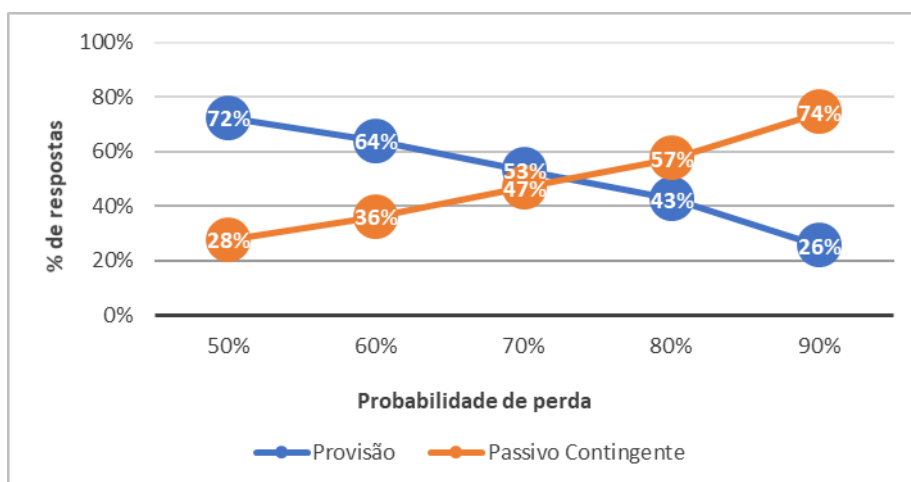
**Figura 1.** Ação trabalhista de R\$ 10.000,00



A Figura 1 aponta que a escolha dos respondentes de acordo com os cenários apresentado a eles, no caso a ação trabalhista com o valor de R\$10.000,00 e probabilidades de perda de 50% a 90%. O CPC 25 (2009) diz que para uma provisão ser reconhecida a saída de recursos deve ser mais provável que sim do que não de acontecer, caso contrário tal situação deve ser reconhecida como passivo contingente.

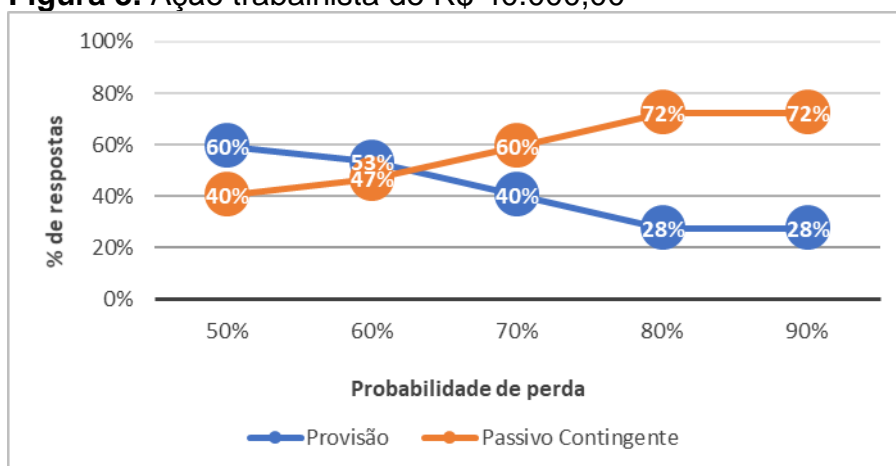
É possível perceber na Figura 1 que quanto mais provável a perda da ação, mais os respondentes escolhem classificar a situação como passivo contingente, e a escolha para provisão diminui da mesma forma, fato que vai em desacordo com a norma já que a mesma expõe que quanto mais provável a perda da ação, mais os respondentes deveriam escolher provisão. A Figura 2 mostra a variação das respostas em relação a uma ação trabalhista com o valor de R\$ 20.000,00.

**Figura 2.** Ação trabalhista de R\$ 20.000,00



Assim como no cenário anterior que o valor da ação era R\$10.000,00, com o valor de ação em R\$20.000,00 as respostas dos entrevistados seguiram praticamente a mesma linha. Percebe-se na Figura 2 que as respostas continuam em desacordo do que propõe a norma e teve poucas mudanças significativas. Com a probabilidade de perda em 90% as escolhas para passivo contingente aumentaram ainda mais, chega-se à 74%, fato que deveria acontecer o contrário. A Figura 3 mostra as respostas dos entrevistados em relação a uma ação no valor de R\$ 40.000,00

**Figura 3.** Ação trabalhista de R\$ 40.000,00



Com o valor de ação em R\$ 40.000,00 os respondentes continuaram com a mesma linha de respostas dos dois cenários anteriores, a maior parte continuou a optar por classificar as situações como passivo contingente, deste modo, entendem que é dessa forma que a norma se apresenta. Nesse cenário onde aumentou o valor da ação, as escolhas para passivo contingente aumentaram significativamente

mesmo nas situações que a probabilidade de perda é menor, 40% responderam para passivo contingente com a probabilidade em 50%, nos anteriores 20 e 28% escolheram essa opção, respectivamente, nas probabilidades de 60%, 70% e 80% as escolhas para passivo contingente também foram maior que nos outros cenários, mostra-se que quanto maior o valor da ação mais chance de escolher essa opção.

**Tabela 2 - Ação trabalhista no valor de R\$ 10.000,00**

Características	Variáveis dependentes (Probabilidade de perda)				
	50%	60%	70%	80%	90%
IDA	0.005 (0.140)	-0.181 (0.139)	-0.091 (0.109)	-0.256* (0.136)	-0.001 (0.123)
GEN	2.031 -1.517	-0.582 -1.200	0.735 (0.848)	0.960 -1.043	3.404*** -1.155
INS	-1.475* (0.844)	-2.553** -1.172	-1.492** (0.716)	-1.567 (0.989)	0.558 (0.669)
REN	-0.127 (0.644)	0.337 (0.721)	0.291 (0.548)	-0.063 (0.667)	-0.436 (0.645)
PFP	-1.936 -1.343	-1.651* (0.989)	-1.017 (0.690)	-1.973** (0.921)	-1.476 (0.931)
EXP	0.361* (0.204)	0.620** (0.255)	0.263* (0.159)	0.580** (0.239)	0.002 (0.165)
VIN	-0.487 -1.855	-1.036 -1.999	-0.315 -1.389	2.026 -1.623	0.733 -1.513
ATU	-0.183 (0.125)	-0.273* (0.141)	-0.066 (0.072)	-0.263** (0.129)	-0.027 (0.076)
FUN	0.060 (0.054)	-0.015 (0.028)	-0.013 (0.024)	-0.065** (0.031)	-0.035 (0.032)
Constant	1.342	8.574*	4.572	11.160**	2.614

	-3.578	-4.519	-3.189	-4.512	-3.727
Observations	47	47	47	47	47
Log Likelihood	-16.546	-15.668	-23.784	-18.339	-19.928
Akaike Inf. Crit.	53.093	51.336	67.568	56.677	59.857

**Nota:** \*significância ao nível de 10%; \*\* significância ao nível de 5%, e; \*\*\*significância ao nível de 1%.

Na situação apresentada aos respondentes em que o valor da ação foi de R\$10.000,00, algumas características foram relevantes para o momento da escolha entre provisão e passivo contingente. Em relação à idade, a característica foi relevante ao confrontar a probabilidade de perda da ação era de 80%, neste caso quanto mais velho for o respondente, maior a chance de escolher provisão como resposta. Para as outras probabilidades a idade não têm influência.

Em relação ao gênero, apenas na probabilidade de perda da ação era de 90% essa característica teve relevância, na situação a chance de um contador do gênero masculino escolher passivo contingente é maior do que uma mulher. Já o grau de instrução do respondente tem influência significativa na escolha, quanto maior o nível de escolaridade do respondente maior a chance de escolher provisão para as situações apresentadas, teve relevância nas probabilidades de perda em 50%, 60% e 70%. Nas probabilidades em 80 e 90% essa característica não influenciou.

A perspectiva financeira do respondente influenciou em duas probabilidades, em 60 e 80% de chance de perda, quanto maior a perspectiva maior a chance de escolher provisão para esse tipo de situação. O tempo de atuação na área contábil foi uma das características que mais foi relevante para o valor de ação de R\$ 10.000,00 apenas na probabilidade de 90% de perda não se teve influência nas respostas, em todas as outras, quanto maior a experiência do respondente, mais chances de classificar as situações apresentadas como passivo contingente.

O tempo de atuação no escritório e a quantidade de funcionários no ambiente em quais os respondentes atuam, foram relevantes nas probabilidades de 60% (somente para o tempo de atuação) para perda da ação, e 80% (para as duas características), em todas as situações relevantes, quanto maior o tempo de atuação



e número de funcionários, maior a chance de classificar as situações apresentadas como provisão.

As características como renda e vínculo com o escritório pelo qual trabalham, não são fatores que influenciaram as tomadas de decisões nas situações em que o valor da ação era de R\$ 10.000,00. Na Tabela 3 é apresentada a influência das variáveis dependentes em relação a uma ação trabalhista no valor de R\$ 20.000,00.

**Tabela 3 - Ação trabalhista no valor de R\$ 20.000,00**

Características	Variáveis dependentes (Probabilidade de perda)				
	50%	60%	70%	80%	90%
IDA	-0.109 (0.117)	-0.196 (0.121)	-0.153 (0.104)	-0.067 (0.110)	-0.181 (0.216)
GEN	0.811 (0.900)	0.832 -1.009	0.269 (0.757)	1.839** (0.801)	2.970** -1.501
INS	-0.601 (0.653)	-0.964 (0.730)	-0.499 (0.591)	0.685 (0.607)	8.366** -4.234
REN	-0.738 (0.641)	-0.411 (0.572)	0.202 (0.498)	0.226 (0.515)	0.353 (0.937)
PFP	0.437 (0.994)	-1.769** (0.861)	-0.553 (0.624)	-1.187 (0.770)	-15.848** -7.364
EXP	0.355* (0.186)	0.406** (0.179)	0.220 (0.140)	0.065 (0.145)	0.453 (0.282)
VIN	1.271 -1.554	1.095 -1.546	0.619 -1.238	0.436 -1.356	-1.690 -3.842
ATU	-0.150 (0.103)	-0.092 (0.088)	-0.046 (0.057)	0.023 (0.060)	0.076 (0.125)
FUN	0.028 (0.029)	0.001 (0.033)	-0.008 (0.023)	-0.013 (0.026)	-0.341** (0.151)
Constant					
	0.999 -3.403	8.154** -3.654	4.960* -2.946	1.935 -3.117	27.236* -14.582
Observations	47	47	47	47	47
Log Likelihood	-21.081	-19.502	-27.397	-25.298	-10.539

Akaike Inf. Crit.	62.162	59.004	74.795	70.597	41.078
-------------------	--------	--------	--------	--------	--------

**Nota:** \*significância ao nível de 10%; \*\* significância ao nível de 5%, e; \*\*\*significância ao nível de 1%.

Com o valor de ação em R\$ 20.000,00 algumas características que não influenciaram em situações de ações trabalhistas de R\$ 10.000,00 foram relevantes nessa situação, e outras que foram influentes na situação anterior, foram relevantes nesse caso. O gênero dos respondentes teve significância na probabilidade de perda da ação entre 80% e 90%. Nesse cenário, o gênero masculino influencia para a classificação de passivo contingente na situação apresentada.

Em relação ao grau de instrução dos respondentes, somente com a probabilidade de perda em 90% teve influência nas respostas, nesse caso quanto maior o grau de instrução maior a chance de classificar as situações como passivo contingente. A perspectiva financeira influenciou em dois cenários, probabilidade de perda em 60% e 90%, quanto maior a perspectiva dos respondentes, maior a chance de classificar as situações apresentadas como provisão.

O tempo de atuação na área contábil nesse cenário teve influência considerável em duas situações, com 50% e 60% de probabilidade de perda, nesse cenário, quanto maior a experiência maior a chance de classificar como passivo contingente esse tipo de situação. A quantidade de funcionário do escritório onde atuam os respondentes teve relevância em apenas uma situação, com a probabilidade de perda em 90%, quanto maior a quantidade de funcionários, maior a chance de os respondentes escolherem provisão para a situação.

Idade, renda, vínculo com o escritório e tempo de atuação no escritório não foram relevantes para esse cenário. Idade e tempo de atuação foram relevantes na situação em que a ação trabalhista era R\$ 10.000,00, vínculo e renda continuou sem influenciar nas decisões. Na Tabela 4 é apresentada a influência das variáveis dependentes em relação a uma ação trabalhista no valor de R\$ 40.000,00, com as mesmas probabilidades de perda.

**Tabela 4 - Ação trabalhista no valor de R\$ 40.000,00**

Características	Variáveis dependentes (Probabilidade de perda)				
	50%	60%	70%	80%	90%
IDA	-0.153	-0.169	-0.216*	-0.137	-0.102

SOUZA, U. et al. INFLUÊNCIA DE CARACTERÍSTICAS DOS CONTADORES NA CLASSIFICAÇÃO DE PROVISÃO E PASSIVO CONTINGENTE.

	(0.110)	(0.110)	(0.127)	(0.114 )	(0.124)
GEN	0.023 (0.824)	0.053 (0.786)	2.487*** (0.918)	1.564 * (0.897 )	1.799** (0.905)
INS	-0.047 (0.579)	0.222 (0.548)	-0.630 (0.638)	0.440 (0.604 )	0.972 (0.675)
REN	-0.412 (0.553)	0.319 (0.507)	-0.436 (0.567)	-0.322 (0.589 )	-0.814 (0.593)
PFP	1.431 (0.980)	-0.663 (0.665)	-0.536 (0.711)	-1.155 (0.938 )	-0.887 (0.853)
EXP	0.200 (0.154)	0.167 (0.131)	0.314* (0.181)	0.163 (0.142 )	0.221 (0.169)
VIN	1.567 -1.362	-0.017 -1.225	0.793 -1.381	-0.684 -1.400	0.865 -1.567
ATU	-0.011 (0.067)	0.012 (0.056)	-0.021 (0.067)	0.020 (0.067 )	-0.079 (0.072)
FUN	0.072* (0.039)	0.019 (0.031)	-0.037 (0.029)	- 0.049 * (0.030 )	-0.039 (0.028)
Constant	0.161 -3.055	4.416 -2.998	7.442** -3.679	6.538 * -3.616	4.489 -3.596
Observations	47	47	47	47	47

Log Likelihood	-24.294	-27.223	-21.779	- 23.22 2	-21.475
Akaike Inf. Crit.	68.587	74.446	63.558	66.44 3	62.950

**Nota:** \*significância ao nível de 10%; \*\* significância ao nível de 5%, e; \*\*\*significância ao nível de 1%.

Com o valor de ação em R\$ 40.000,00 as características dos respondentes tiveram menos significância para as respostas do que os cenários onde a ação era de R\$ 10.000,00 E R\$ 20.000,00. Em relação à idade, somente com a probabilidade em 80% teve relevância, quanto maior a idade maior a chance de classificar a situação como provisão.

O gênero dos respondentes foi à característica que influenciou em mais probabilidades nesse cenário com valor de ação em R\$ 40.000,00. Com 70%, 80% e 90% de chances de perda da ação, o fato do respondente ser do gênero masculino influencia para a escolha de passivo contingente. O tempo de atuação na área contábil influenciou apenas com a probabilidade de 80% de chance de perda da ação, nessa ocasião quanto mais experiente o respondente maior a chance de classificar a situação como passivo contingente.

A quantidade de funcionário no escritório onde os respondentes atuam teve influencias distintas em duas situações, com a probabilidade de perda em 50%, quanto maior a quantidade de funcionários maior a chance de o contador classificar a situação como passivo contingente e ao apresentar probabilidade de perda de 80%, quanto mais funcionários, maior a chance de classificar a situação como provisão.

Grau de instrução, renda, perspectiva financeira, vínculo e tempos de atuação no escritório foram às características que não influenciaram nas respostas desse cenário. Em nenhum dos cenários a renda e vínculo foram relevantes para a tomada de decisão dos respondentes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar características demográficas dos contadores que influenciam na tomada de decisão referente situações que envolvam passivos

contingentes e provisões. O CPC 25 não define objetivamente quando determinadas situações deixam de ser passivos contingentes e passam a ser provisões, o que permite interpretações diferentes acerca da classificação desses valores por parte dos contadores.

Uma situação relevante identificada neste estudo, foi que o entendimento dos contadores participantes desta pesquisa quando às provisões e os passivos contingentes apresenta divergências em relação à norma vigente, o que foi observado no fato do aumento do número de contadores que classificaram os valores das ações trabalhistas como passivo contingente à medida em que o percentual de chance de perda da ação aumentava. De acordo com a norma, um aumento na chance de perda da ação tende a indicar uma perda mais provável e que deve ser classificada como provisão, e não apenas como passivo contingente.

Outro ponto interessante observado está relacionado aos montantes atribuídos às ações trabalhistas nos cenários apresentados. Observou-se que um aumento no valor das ações trabalhistas pouco influencia nas respostas dos entrevistados. Esperava-se que em ações com valores maiores, os contadores alterassem seu comportamento, tendendo a classificar essas ações de forma diferente do que quando os valores atribuídos eram menores.

A partir dos dados, também foi possível verificar características demográficas que podem influenciar na tomada de decisão que envolva a classificação entre provisão ou passivo contingente. Características como experiência do respondente e perspectiva financeira foram significantes ao influenciar as respostas para nas situações apresentadas. Outras características, como renda e vínculo com o escritório em que trabalha, não influenciaram as decisões.

Como limitações, destaca-se que as variáveis pesquisadas foram as características demográficas dos contadores, entretanto, a tomada de decisão sofre influências de outras variáveis que podem impactar na escolha contábil, mas que não foram consideradas nesta pesquisa. As demais variáveis que influenciam essa tomada de decisão, como Gerenciamento de Resultados para distribuir menos dividendos, ou para aumentar o valor da ação foram desconsideradas. Assim como as pressões que o contador sofre em cada organização de forma específica também foram desconsideradas. Essa pesquisa pode ser usada com auxílio para outras

pesquisas futuras com relação a entender o comportamento do contador nas tomadas de decisões. Além disso, pode auxiliar em outros estudos para entender o comportamento do profissional contábil por utilizar-se da contabilidade criativa por meio das flexibilidades das leis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSSON, O.; HOLM, H. J.; TYRAN, J. R.; WENGSTRÖM, E. Deciding for others reduces loss aversion. **Management Science**, v. 62, n. 1, p. 29-36, 2016.

BALDOINO, E.; BORBA, J. A. Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 23, p. 58-81, 2015.

BAYKASOĞLU, A.; GÖLCÜK, İ. Development of a novel multiple-attribute decision making model via fuzzy cognitive maps and hierarchical fuzzy TOPSIS. **Information Sciences**, v. 301, p. 75-98, 2015.

BLISS, R. T.; POTTER, M. E.; SCHWARZ, C. Decision making and risk aversion in the Cash Cab. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 84, n. 1, p. 163-173, 2012.

BROOKS, C.; SANGIORGI, I.; HILLENBRAND, C.; MONEY, K. Why are older investors less willing to take financial risks?. **International Review of Financial Analysis**, v. 56, p. 52-72, 2018.

CAMERER, Colin. Three cheers—psychological, theoretical, empirical—for loss aversion. **Journal of marketing research**, v. 42, n. 2, p. 129-133, 2005.

COELHO, A. C. D.; LOPES, A. B. Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. SPE2, p. 121-144, 2007.

COET, L. J.; MCDERMOTT, P. J. Sex, instructional set, and group make-up: Organismic and situational factors influencing risk-taking. **Psychological Reports**, v. 44, n. 3\_suppl, p. 1283-1294, 1979.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37**. 2009. Disponível

em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304\\_CPC\\_25\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2013.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2019.

CONSONI, S.; COLAUTO, R. D.. A divulgação voluntária no contexto da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 18, n. 62, p. 658-677, 2016.

COOLS, E.; VAN DEN BROECK, H.. Development and validation of the Cognitive Style Indicator. **The Journal of psychology**, v. 141, n. 4, p. 359-387, 2007.

COSTA, I. L. S; CORREIA, T. S; MACHADO, M. R.; LUCENA, W. G. L. (2016). Disclosure dos passivos contingentes: análise comparativa entre empresas de mercado aberto no Brasil e na Austrália. **Pensar Contábil**, v. 19, n. 69, 2017.

CRISTOFARO, M.. Cognitive styles in dynamic decision making: a laboratory experiment. **International Journal of Management and Decision Making**, v. 15, n. 1, p. 53-82, 2016.

CUNHA, L M. S.; RIBEIRO, M. S. A divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica em comparação ao desenvolvimento da normatização da evidenciação contábil. **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 4, p. 86-106, 2016.

DINIZ, E. H.; LOPES, A. B.. Contabilidade: dos escândalos à renovação. **GV EXECUTIVO**, v. 2, n. 2, p. 31-35, 2003.

DOHMEN, T.; FALK, A.; HUFFMAN, D.; SUNDE, U.; SCHUPP, J.; WAGNER, G. G. Individual risk attitudes: Measurement, determinants, and behavioral consequences. **Journal of the European Economic Association**, v. 9, n. 3, p. 522-550, 2011.

ECKERT, A.; MECCA, M. S.; BIASIO R.; BORTOLINI L. (2015). Passivos Contingentes: evidenciação contábil das garantias concedidas por fabricantes de eletroeletrônicos. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 2, n. 1, p. 18-39, 2015.



FONTELES, I. V.; NASCIMENTO C. P. S.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, 2014.

FRANCIS, B.; HASAN, I.; PARK, J. C.; WU, Q. Gender differences in financial reporting decision making: Evidence from accounting conservatism. **Contemporary Accounting Research**, v. 32, n. 3, p. 1285-1318, 2015.

GEETHA, S. N.; SELVAKUMAR, M. M.. An analysis on the factors influencing risk tolerance level of individual investors. **International Journal of Business Excellence**, v. 9, n. 2, p. 253-264, 2016.

HALLAHAN, T. A.; FAFF, R. W.; MCKENZIE, M. D. An empirical investigation of personal financial risk tolerance. **Financial Services Review-greenwich-**, v. 13, n. 1, p. 57-78, 2004.

İBİCİOĞLU, H.; KOCABIYIK, T.; DALĞAR, H.. Financial statement utilization during decision making process in smes: a comparative study on european and turkish managers. **Marmara University Journal of the Faculty of Economic & Administrative Sciences**, v. 28, n. 1, 2010.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARDS (IASB). **Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets**. 2009. Disponível em <http://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias37>. Acesso em 20 de março de 2019.

JESUS, S. S.; SOUZA, M. M. Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 2, p. 43-63, 2016.

LEAL, P. H.; COSTA, B. M. N.; OLIVEIRA, M. C.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais sob a ótica da teoria institucional. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 3, p. 37-54, 2018.

LINHARES, F. S.; PEGO, J. A. S. Um estudo entre a prática de gerenciamento de resultado e a ética do profissional da contabilidade. **SYNTHESIS| Revistal Digital FAPAM**, v. 8, n. 8, p. 253-272, 2017.

MAXFIELD, S.; SHAPIRO, M.; GUPTA, V.; HASS, S. Gender and risk: women, risk taking and risk aversion. **Gender in Management: An International Journal**, 2010.

MEIER-PESTI, K.; GOETZE, E.. Masculinity and femininity as predictors of financial risk-taking: Evidence from a priming study on gender salience. **ACR European Advances**, 2005.

MENDES, A. C. A.; LUNKES, R. J.; MENEGAZZO, G. D.; SCHNORRENBERGER, D.; LAVARDA, C. E. F. Características observáveis dos gestores e a utilização da informação contábil: um estudo com base na teoria dos escalões superiores. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 38, n. 1, p. 67-84, 2019.

MENEGAZZO, G. D.; LUNKES, R. J.; MENDES, A.; SCHNORRENBERGER, D. Relação entre características demográficas dos gestores e uso de informações para tomada de decisões: um estudo em micro e pequenas empresas. **GCG: revista de Globalización, Competitividad y Gobernabilidad**, v. 11, n. 3, p. 90-110, 2017.

NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, A. M. G.; RODRIGUES, J. M.. Algumas reflexões sobre contabilidade criativa e as normas internacionais de contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 1, p. 69-87, 2015.

OLIVEIRA, J. S.; SOUZA, R. F.. Contabilidade criativa e a ética profissional. **Revista Científica da Ajes**, v. 4, n. 8, 2013.

OTANI, N.; FIALHO, F. A. P. **TCC: métodos e técnicas**. Santa Catarina: Visual Books, 2011.

PORTELLA, A. R.; OLIVEIRA, M. C.; ELIAS, T. M.; LORANDI, J. A. Um Estudo nas Maiores Companhias abertas do Estado de Santa Catarina, Brazil. **Revista Iberoamericana de Contabilidad e Gestion**, v. 13, n. 25, p. 1-20, 2015.

RAMIAH, V.; ZHAO, Y.; MOOSA, I.; GRAHAM, M. A behavioural finance approach to working capital management. **The European Journal of Finance**, v. 22, n. 8-9, p. 662-687, 2016.

ROSS, G. D; NORA, B. D.; MILANI, B. Aversão ao risco em profissionais do setor financeiro. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 8, p. 104-118, 2015.

SANTOS, G. C.; SILVA, R. M.. Contabilidade Criativa: Brechas nas normas contábeis ou fraude contábil? Uma análise das maiores fraudes mundiais. **RAGC**, v. 4, n. 13, 2016.

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEFE**, v. 1, n. 11, 2013.

VISCUSI, W. K.; MAGAT, W. A.; HUBER, J.. An investigation of the rationality of consumer valuations of multiple health risks. **The RAND journal of economics**, p. 465-479, 1987.

YAO, R.; SHARPE, D. L.; WANG, F.. Decomposing the age effect on risk tolerance. **The Journal of Socio-Economics**, v. 40, n. 6, p. 879-887, 2011.

---

Data recebimento do artigo: 01/09/2021

Data do aceite de publicação: 29/10/2021

---